

Diário Notícias

14-02-2015

Periodicidade: Diário**Classe:** Informação Geral**Âmbito:** Nacional**Tiragem:** 56361**Temática:** Política**Dimensão:** 2423**Imagem:** S/Cor**Página (s):** 1/2/3**ENTREVISTA**

Carlos Coelho:
“Não faz sentido termos de ser nós a pagar as promessas do Syriza”

● O eurodeputado do PSD orgulha-se do que Portugal fez para “pôr o país nos carris”, mas não deixa de ser crítico em relação à dosagem de austeridade imposta e à sua falta de controlo democrático. **DN+** PÁGS. 2 E 3

DN+ Crise na Europa

ENTREVISTA: CARLOS COELHO

Eurodeputado do PSD

Austeridade Passos Coelho atua em prol do "interesse nacional" quando procura protagonizar "tentativas de demarcação da realidade nacional face à da Grécia". É assim que tem de fazer para manter tranquilos os "voláteis" mercados da dívida. Já o Syriza, acrescenta, deveria abster-se de avançar com medidas que só farão "derrapar" escusadamente a despesa pública na Grécia

"Não faz sentido nenhum termos de ser nós a pagar as promessas que o Syriza fez para ganhar eleições"

JOÃO PEDRO HENRIQUES

Coligação PSD-CDS. Deve ser feita rapidamente ou não?

Há um tempo para tratar disso e os líderes dos dois partidos são pessoas com sentido de responsabilidade e no tempo próprio tomarão as decisões.

O presidente do PSD já falou em março/abril.

É um calendário acertado...

Preferiria que cada partido fosse por si?

É uma avaliação que os dois terão de fazer. Em tese, todas as avaliações são possíveis. Reconheço que o facto de estarmos num governo de coligação torne mais fácil a solução da coligação...

Não lhe vejo grande entusiasmo com a solução de coligação...

Não é uma questão de entusiasmo. Neste momento está tudo em aberto. Não quero ajudar a dar a ideia de que só há uma solução. Quando as duas soluções estão em aberto é porque as duas estão em aberto. Mas o que acho mais provável é que haja coligação.

Mas não estou a pedir cálculo de probabilidade. Estou a perguntar-lhe o que defende.

Acho que o PSD se pode orgulhar do trabalho que fez com o CDS no governo de Portugal neste mandato. Herdamos uma solução muito complicada e evitámos que o país fosse para a bancarrota. Há dados de confiança que não existiam no início do mandato. Isso faz que nos possamos orgulhar do nosso mandato. É algo que partilhámos com o outro partido da coligação e cria condições naturais para que possamos disputar as eleições em conjunto.

Continua a não me dizer que so-lução prefere.

Disse o que acho que é o legado. O instrumento sobre o que é melhor – ir ligado ou ir separado – depende da avaliação objetiva de condições políticas no momento. Uma avaliação eleitoral.

O PSD e o CDS terão de ter uma posição conjunta sobre as presidenciais se fizerem a coligação?

O que será relevante nesse acordo é o acordo de governo. A coligação pode apresentar um candidato comum – mas não é obrigatório que o faça. É natural mas não é obrigatório.

Passos Coelho foi muito criticado por ter alegadamente demonstrado uma grande falta de solidariedade com a Grécia. Fez lembrar um bocadinho o que a Finlândia dizia de Portugal. Acha que é passível de crítica o tipo de intervenção que o primeiro-ministro fez?

Acho que o primeiro-ministro, em nome do interesse nacional, o que deve procurar é que não haja nenhuma associação entre Portugal e a Grécia porque isso seria um

desprestígio para Portugal e um risco financeiro internacional. Os mercados são muito voláteis e há condições que não dependem tanto dos factos mas dependem das percepções. Estamos dependentes das aparências. Acho bem que em nome do interesse nacional o primeiro-ministro diga que Portugal não está nas condições da Grécia. Todas as tentativas de demarcação da realidade nacional face à realidade grega correspondem ao interesse nacional. Mas Portugal tem estado entre aqueles que têm defendido um reforço da solidariedade europeia, reforçando a coesão económica e social – ao contrário dos chamados contribuintes líquidos da UE [os países mais ricos]. A Grécia tem sido desde 2010 um país completamente especial: teve dois empréstimos, teve o maior perdão de sempre da sua dívida, teve condições de financiamento mais benignas, teve dez anos de carência para pagamento de juros e teve devolução de lucros pelo BCE. E Portugal ajudou. Em contrapartida, a Grécia deveria respeitar os seus compromissos.

Mas admite ou não que as soluções austeritárias foram a tal ponto que criaram um problema humano?

Não estou a dizer que a Grécia não está perante problemas humanos e que, portanto, tenhamos de pensar num terceiro pacote. Mas o que a Grécia não pode fazer é deixar derrapar as suas finanças públicas multiplicando promessas. O novo governo do Syriza quer aumentar o ordenado mínimo de 580 euros para 750; quer criar mais empresas públicas; quer aumentar de cinco mil para 12 mil euros o limite para haver taxação de IRS; quer criar um 13.º mês para pensionistas até 700 euros; quer readmitir funcionários públicos despedidos; quer electricidade gratuita para mais de 300 mil famílias. A multiplicação de promessas cria um problema: como é que as vão pagar? Se eu lhe peço dinheiro emprestado e passo a ter um modo de vida melhor do que o seu, o que

é que você dirá? Dirá: não me venha pedir dinheiro a mim. E é essa a posição de Portugal, da Eslovénia e de outros países com uma situação também muito complicada. Porque é que temos de pagar as promessas deles? Não faz sentido nenhum termos nós a pagar as promessas que o Syriza fez para ganhar eleições.

Mas admite que houve muitos erros nas políticas da troika para a Grécia?

Orgulho-me do que o governo de Portugal fez para pôr o país nos carris. Mas votei no Parlamento Europeu [PE] a favor de um relatório muito crítico em relação à troika, relativamente à dosagem das medidas e à sua falta de controlo democrático. Ou seja: a experiência da troika não foi a melhor. Engrossei – eu e os meus colegas do PSD – os que acharam que havia lições a tirar para o futuro. As instituições internacionais aprenderam com os erros. Mas também digo que, mesmo com estes erros, se não tivesse sido a intervenção da troika, hoje estaríamos muito pior.

Foi reaberta a investigação aos voos da CIA no Parlamento Europeu. Porquê?

Porque houve a publicação de um relatório sobre as atividades da CIA no Senado norte-americano. Isso demonstra que os americanos têm uma capacidade de crítica sobre as suas próprias ações. Se é o próprio Senado dos EUA a reconhecer que houve violação da lei internacional, não faria sentido que o PE não acompanhasse esse movimento.

O primeiro inquérito do PE teve alguma consequência?

A informação obtida ajudou a trazer para a opinião pública aquilo



que aconteceu. Ajudou a combater alguns preconceitos e a derrubar algumas mentiras que se construíram. Mas, mais do que isso, só cabe às autoridades judiciais dos Estados membros. Houve alguns que desencadearam processos, mas na maior parte dos casos ficou tudo em águas de bacalhau.

Como é que Portugal surge no relatório do Senado dos EUA?

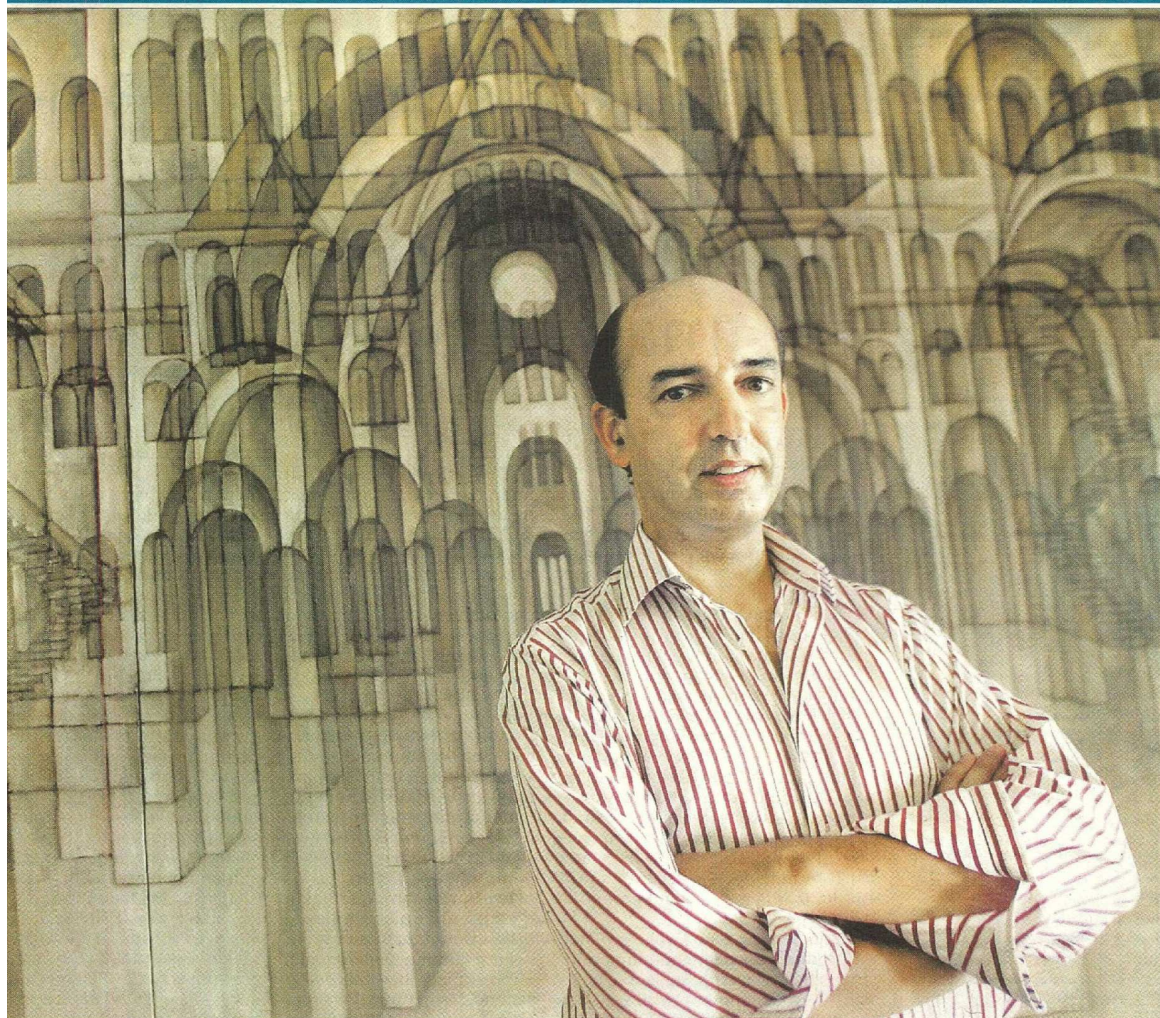
Todas as referências concretas a Estados estão "apagadas". Eu mantenho que Portugal não foi dos países que estiveram mais envolvidos e que grande parte das operações em que eventualmente tenham tomado parte tenham ocorrido na ignorância do que se passava.

O facto de nestas questões votar muitas vezes de forma dissonante em relação ao Partido Popular Europeu (PPE) tem-lhe trazido amargos de boca?

A disciplina de voto no PE não tem o mesmo carácter que tem a disciplina de voto na Assembleia da República. Mas os meus colegas prefeririam que eu tivesse votado com ele estas e outras matérias,

“
 Está tudo em aberto
 [quanto a uma eventual
 coligação PSD-CDS]. Não
 há só uma solução”

desprestígio para Portugal e um risco financeiro internacional. Os mercados são muito voláteis e há condições que não dependem tanto dos factos mas dependem das percepções. Estamos dependentes das aparências. Acho bem que em nome do interesse nacional o primeiro-ministro diga que Portugal não está nas condições



PERFIL

► Lisboaeta, nasceu a 20 de maio de 1960 (tem 54 anos)
 ► Aderiu ao PSD no exato dia em que fez 18 anos. Antes, fora dirigente associativo estudantil em Queluz
 ► Torna-se deputado na AR em 1980, substituindo Natália Correia
 ► Liderou a JSD de 1986 a 1988
 ► **Carlos Coelho chegou à 1ª divisão da JSD, como Passos Coelho, Pedro Pinto, Miguel Relvas ou Jorge Moreira da Silva. Tem feito carreira sempre no parlamentarismo, só com uma ligeira interrupção, em 1994, para ser subsecretário de Estado da Educação de Manuela Ferreira Leite. Foi deputado na Assembleia da República durante várias legislaturas e há 20 anos que está no Parlamento Europeu (PE). Organiza todos os anos a Universidade de Verão do PSD, uma semana de intensa formação de quadros, em Castelo de Vide. Especializou-se no PE em investigar atividades secretas dos EUA e seus aliados: primeiro o caso Echelon, depois os voos da CIA.**

tos a abdicar das nossas liberdades estamos a fazer o jogo dos terroristas, que são aqueles que têm modelos mentais e de sociedade em que a liberdade não faz sentido, em que as mulheres têm um papel secundário, em que tudo está submetido a uma autoridade religiosa fundamentalista. Esse não é o meu modelo.
É isso que em seu entender está em causa com o PNR [passenger name record]?
 É. Vão-se tornar suspeitos todos os cidadãos europeus. Todos os nossos movimentos serão controlados. Se você fizer uma viagem aérea, esse programa prevê o registo de quem é você, para onde vai, com quem viaja, como pagou a viagem, o número do seu cartão de crédito, se pediu refeições especiais. Eu não sou um fundamentalista. Num Estado de direito, estou disposto a abdicar de algumas coisas em favor da minha segurança. Aceito que um polícia, com um mandato judicial, intercesse as minhas comunicações privadas ou entre em minha casa, em nome do combate ao crime. Mas com o PNR não estamos a falar disso, de mandatos judiciais por eu ser suspeito de alguma coisa. Estamos a falar da devassa feita por sistema – isto é, haverá um grande ficheiro policial, que eu não sei quem terá acesso, com imensas informações sobre qualquer cidadão europeu, seja suspeito ou não. Isso assusta-me.
E isso vai passar?
 Suspeito que sim.
E a posição do governo português perante isso?
 Não faz parte dos “falcões” e isso deixa-me contente.

mas a minha consciência não me permite. Se fui presidente de uma comissão no PE para investigar estes casos, se acompanhei todo o processo, e se chegamos às conclusões que chegamos, não podia fazer outra coisa senão votar a reabertura do processo. No início da investigação houve um deputado do PPE – que não era português – que veio ter comigo e disse: “Carlos Coelho, está a fazer o jogo da esquerda. Tudo isso é mentira. Os EUA são um Estado de direito, não têm prisões secretas, não raptam pessoas, tudo aquilo que vocês estão a dizer não é verdade.” Eu disse-lhe: “Estás enganado, eu não estou a fazer assunções, estou a fazer perguntas. O meu dever como presidente de uma comissão parlamentar de inquérito é fazer perguntas.”
Mas sentiu que ele era porta-voz de um interesse maior?
 Senti que era porta-voz de uma ideia geral que era maioritária no grupo do PPE. Ninguém acreditava que os EUA tivessem feito aquilo. Quando o presidente George

W. Bush decide fazer uma comunicação ao mundo revelando o programa das extradições extraordinárias [extraordinary renditions, na terminologia da CIA], ele reconheceu tudo: os raptos, a ingerência no território estrangeiro, a detenção em prisões secretas, tudo exceto a tortura, que entretanto o relatório do Senado confirmou. Nessa altura ganhei para a comissão uma testemunha que não tinha pedido: o presidente dos EUA, ele mesmo. Era a testemunha mais autêntica e incontestável. Todos os meus colegas que tinham sido mais enérgicos comigo passaram a mostrar uma sensação de vergonha, não me olhavam nos olhos – mas nenhum veio ter comigo a dizer “peço desculpa, estava enganado, tinhas razão”. Nos EUA, o próprio Senado disse o que de errado se fez neste processo. Cabe agora aos Estados da União Europeia que foram cúmplices fazer a mesma coisa: reconhecer os erros.
Mas aí exclui o governo de Portugal de culpabilidades...

Em bom rigor, não posso excluir nada. Houve governos de mais do que um partido naquela janela temporal. Não estou em condições de garantir que não houve [voos da CIA em Portugal]. E não estou seriamente em condições de garantir que houve. Em função dos dados que tenho, acho pouco

“
 Quando estamos dispostos a abdicar das nossas liberdades, estamos a fazer o jogo dos terroristas”

provável – mas não é impossível. Mas independentemente de ter havido conhecimento oficial ou não, a questão é: Portugal foi cúmplice por vontade própria ou por negligência? E quais são as medidas que foram tomadas para que não se repetisse. Isso é a pergunta para Portugal mas também para os outros Estados. Houve países

europeus que tiveram prisões secretas. A Polónia, aparentemente a Roménia, diz-se que a Bulgária. Houve prisões secretas e trânsito de prisioneiros durante algum tempo no Reino Unido. Em face da necessidade pedagógica de aprendermos com os erros e de não deixar que isto se repita, temos a obrigação moral de levar o apuramento da verdade até às últimas consequências.
Schengen. Julgo que é contra a necessidade de novas medidas de controlo das fronteiras dentro da UE, nomeadamente como reação ao jihadismo?
 Gosto sempre de citar sempre aquela frase de Benjamin Franklin, um dos pais fundadores da democracia americana: “Todo aquele que troca a sua liberdade essencial por um pouco de segurança provisória não merece nem liberdade nem segurança.” Recordo que Francisco Sá Carneiro dizia “ser homem é ser livre”. A liberdade faz parte do nosso conceito de dignidade da pessoa humana. E quando estamos dispostos

GUSTAVO BUCAL VAREZ